



**II CONINTER**

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

## **MULHERES MILITANTES NEGRAS: a interseccionalidade de gênero e raça na produção das identidades contemporâneas**

**LIMA, ANA NERY CORREIA.**

Universidade Federal do Maranhão. Pós-graduação em Ciências Sociais. Departamento de Ciências Sociais

Endereço postal: Rua N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> Aparecida, 104, Vila Palmeira. CEP: 65047-600. São Luís – MA

E-mail: ananeryc.lima@gmail.com

### **RESUMO**

Os estudos feministas e seus movimentos constituíram e constituem-se como um importante marco nas produções acadêmicas e políticas da contemporaneidade. Noutro ponto, os estudos e movimentações acerca das relações raciais também emergiram nesse contexto. Essas movimentações motivaram direcionamentos que influenciaram teorias e ações políticas no mundo Ocidental. Amparado nessas reflexões, o trabalho tem por objetivo discutir alguns direcionamentos teóricos em torno do gênero e da raça como elementos de marcação/intersecção das identidades na contemporaneidade. Utilizo para isso, autoras como Judite Butler, que problematiza a categoria mulher como sendo um conceito que abarca inúmeras heterogeneidades, Avtar Brah, que compreende a racialização do gênero como um contorno que ainda faz da “raça” um marcador aparentemente inerradicável de diferença social, bem como Sueli Carneiro, Jurema Werneck e bell hooks que ajudam a pensar conceitos de, mulher negra e feminismo negro.

**Palavras-chave:** interseccionalidade. Mulheres Negras. Gênero. Raça.



*"(...) a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha dentre outras, mas tornar-se negra é uma conquista." (Lélia Gonzalez)*

## **INTRODUÇÃO: pensando o contexto**

*“Então, nesse lugar de mulher negra, é o recorte que eu dou pra minha realidade, é isso que faz que eu seja Paula. É a consciência que eu tenho dessa realidade particular de herança emocional que eu recebo de lá de traz e aqui de onde eu estou o que eu vejo na minha frente, o que a minha consciência permite. Eu quando falo, Paula, enquanto mulher negra, é por que dentro do total eu faço esse recorte, por que é isso que eu consigo ver. É como eu vejo, sinto percebo a realidade que eu to vivendo a partir da minha história pessoal e daquilo que eu consegui elaborar a nível inconsciente e consciente. Quando você fala do lugar que você ocupa, você fala da história do lugar que você ocupa. Então eu aprendi a ser Paula, uma mulher negra brasileira”*

*Mulher, negra, brasileira*, são marcações acionadas na fala da militante do Movimento de Mulheres Negras de São Luís – MA quando questionada sobre sua identidade. Além de outras identificações acionadas por ela durante sua fala, é possível observar a raça, o gênero e a noção de território como marcadores importantes para delimitação, naquele momento, de sua compreensão identitária.

O trecho citado no início, se refere a uma entrevista<sup>1</sup> realizada com uma das pioneiras do Movimento de Mulheres Negras Mãe Andressa, fundado em 1986 em São Luís – MA. Tal recorte, se refere ao momento da entrevista em que se fala da compreensão da auto identidade.

Nesse contexto, pensar as marcações que intersectam a produção das identidades no cenário contemporâneo é percorrer caminhos descontínuos e complexos, de múltiplas categorias e definições. Fruto de processos assinalados por diversos símbolos e representações que marcam o encontro de nosso passado com as relações sociais,

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, onde utilizo como umas das técnicas de coleta de dados a entrevista. No entanto, se estrutura apenas de um roteiro norteador, não obedecendo a perguntas “fechadas” e direcionadas. São realizadas conversas abertas, com o consentimento das/os entrevistadas/os com temas relacionados ao objetivo da pesquisa. Entrevista concedida por Paula a Ana Nery C. Lima em junho de 2013.



culturais e econômicas nas quais vivemos, a identidade se apresenta como a intersecção de nossas vidas cotidianas com as relações econômicas, culturais e políticas do mundo social. As diversas identificações e marcações que se interseccionam na produção dos/as sujeitos/as, são processos cada vez mais discutidos na atualidade. Sobretudo no campo dos estudos de gênero e raça, o tema das identidades que se interseccionam nas mais variadas realidades e sujeitos/as, compõem um vasto e rico campo de discussões, tanto no âmbito acadêmico como no seio das movimentações coletivas onde estão inseridos/as esses/as sujeitos/as.

Alicerçadas ao desafio de mudança de paradigmas, no contexto de (re)pensar o Ocidente e suas propostas a outras representações do/a sujeito/a, a crítica a ideologia de ocidentalização do mundo, é cada vez mais promissora, sobretudo a partir da eclosão dos chamados Novos Movimentos Sociais pós década de 1970. O padrão heteronormativo e “vertical-global” (HALL, 2009) vigente na sociedade ocidental, vem sendo questionado por esses movimentos, na tentativa de uma desconstrução e alargamento de conceitos que tentam engessar ou classificar as identificações que temos de nós ou que direcionamos aos outros.

Tais desafios, propostos também pelos estudos pós-coloniais, bem como os novos paradigmas advindos das teorias emergentes do mundo acadêmico contemporâneo, são observados em trabalhos que compõem um mosaico teórico que adentra o século XXI com outras propostas de compreensão do mundo, a partir do deslocamento do pensamento hegemônico, da resignificação das identidades sejam elas de raça, gênero, classe, religião ou território e da construção de outros e novos lugares de falas.

Como umas das frentes desse movimento, as teorias de gênero, incluindo suas constantes revisões e remodelações, contribuíram para que os estudos feministas revelassem que, embora as categorias modernas e valores do Iluminismo (tais como direitos, igualdade, liberdade, democracia), o discurso humanista da teoria moderna, juntamente com suas noções de Sujeito e Identidade intrinsecamente essencialistas, fundacionistas e universalistas, tenderam a escamotear as especificidades (de gênero, de classe, de raça, de etnia e de orientação sexual, etc.) dos/as diferentes sujeitos/as que ocupavam outras fronteiras políticas que aquelas do homem branco, heterossexual, cristão e detentor de propriedades.

Esses debates, ampliaram os conceitos e significados que circundam o gênero como categoria analítica, bem como provocou reflexões sobre a desconstrução dos binarismos que circundam a oposição masculino-feminino além de trazer a cena outras discussões que ampliam as percepções acerca das identidades construídas socialmente.

Não só o debate atual acerca do gênero como categoria analítica para as Ciências Sociais e Humanas como também o de raça alinhavam direcionamentos outros que podem sugerir



contornos mais adequados para se pensar à diversidade e heterogeneidade dos sujeitos na conjuntura contemporânea. Os estudos acerca das relações raciais bem como movimentações pelo direito à diferença, também despontam nesse cenário teórico. Assim, a partir da flexibilização das discussões acerca das questões raciais e de gênero, os/as sujeitos/as políticos/as que se observam na emergência desses movimentos também se multiplicam.

Amparada por essa reflexão, o artigo que apresento, tem por objetivo discutir alguns direcionamentos teóricos em torno do gênero e da raça como elementos de marcação/intersecção das identidades na contemporaneidade. Para tanto, o referencial teórico utilizado no artigo, anseia privilegiar os estudos e pós-estruturalistas feministas, destacando, sobretudo as categorias raça e gênero, amparadas pela interseccionalidade, conceito de grande relevância nos estudos feministas da contemporaneidade que busca enlaçar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação (CRENSHAW, 2002). Tratando também, da forma como “ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A partir de um recorte amparado nos estudos pós-coloniais, utilizo Stuart Hall, que discute a identidade como um deslocamento, que se ressignifica e remodela assim como propõe rupturas significativas nas velhas correntes de pensamento onde elementos novos e velhos são reagrupados ao redor de uma nova gama de paradigmas. Busco embasar ainda os conceitos abordados em autoras como Sueli Carneiro e Jurema Werneck que ajudam a pensar conceitos como mulher negra e feminismo negro.

## **2 GÊNERO E RAÇA COMO MACRAÇÕES IDENTITÁRIAS: o lugar de onde se fala**

*“A gente não nasce negra, a gente aprende, torna-se [...] é um processo, desde que você tá lá na barriga da sua mãe né. Mas falando assim do que a gente ainda pode falar mais concretamente, nos temos condicionamentos, então o quanto que eu carrego da história da mãe, da história da minha avó. Então tudo isso vem nesse processo de tornar-se mulher negra. Então todo um histórico familiar que vai me dando uma identificação. Então a sua consciência que é que te dá identidade, quando eu falo eu sou Paula, quando eu falo isso, eu to falando de uma história familiar e pessoal que eu estou construindo. Eu falo desse nome e disso que eu trago enquanto herança” PAULA. Entrevista sobre militância feminina no movimento de mulheres negras em São Luís – MA. Campinas, junho de 2013.*



Pensar raça e gênero como marcadores que são acionados por militantes negras de determinado grupo, quando falam de si em relação a outros/as sujeitos/as, evidencia um leque de possibilidades que remetem aos estudos atuais acerca das identidades. O processo de construção e definição das identidades, que são múltiplas e multifacetadas se reverbera, nos mais variados espaços, sejam eles íntimos, de definição do que somos ou nos espaços de lutas sociais onde são acionadas marcações comuns entre sujeitos para reivindicação de determinados direitos.

Esses estudos, foram também motivados na conjuntura do século XX, quando do processo de (re)desenhamento dos movimentos sociais com os chamados Novos Movimentos Sociais pós década de 1970, que se tornam cada vez mais especializados e complexos, refletindo de forma mais densa uma semântica em torno de reivindicações pelo direito às diferenças e ao reconhecimento.

Essas movimentações reverberam além de ações políticas voltadas para segmentos chamados de minorias, produções e corrente teóricas que investem na apresentação de formas diversificadas de padrões socialmente estabelecidos. Autoras como hooks (2005), Brah (2006), Butler (2012), entre outras produzem suas teorias com intuito de pensar outros direcionamentos ou mesmo questionar o que se compreende, em nossa sociedade, gênero, sexo, sexualidade, raça, corpo, sujeitos políticos e identidades. Nesse sentido, Louro (2004) menciona que,

Militantes feministas participantes do mundo acadêmico vão trazer para o interior das universidades e escolas questões que as mobilizavam, impregnando e “contaminando” o seu fazer intelectual – como estudiosas, docentes, pesquisadoras – com a paixão política (LOURO, 2004, p. 16).

As discussões acerca do gênero adentraram na Academia, desse modo, como forma de uma militância, percorrendo caminhos nas próprias relações de poder que permeavam o campo científico. A disputa por inserir o “gênero” como categoria de análise científica se tornava também uma bandeira de luta para as teóricas, já que as relações conflituosas se observavam em todos os espaços da vida social em que as mulheres estavam inseridas.

Estas reflexões são postas em cena a partir dos debates pós-estruturalistas acerca do gênero, que compreende o sujeito do feminismo como algo que é construído discursivamente, em contextos políticos específicos, a partir de articulações, alianças, coalizões, etc.

O debate pós-estruturalista em torno das questões de gênero, ampliam o conceito e provoca reflexões sobre a desconstrução dos binarismos que circundam a oposição masculino-feminino. Louro (2002) enfatiza que,



Desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, então, significaria problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um. Implicaria observar que o pólo masculino contém o feminino [...] e vice-versa; implicaria também perceber que cada um desses polos é internamente fragmentado e dividido (LOURO, 2002, p. 23).

A autora entende que o conceito de gênero, só poderá manter sua utilidade teórica na medida em que incorporar estes questionamentos. A concepção dos gêneros como se produzindo dentro de uma lógica dicotômica implica um polo que se contrapõe a outro (portanto uma ideia *singular* de masculinidade e feminilidade), e isso supõe ignorar ou negar todos os sujeitos sociais que não se “enquadram” em uma dessas formas (LOURO, 2002).

No bojo dessas discussões, sobre a questão racial observa-se que últimos anos, as discussões em torno do racismo e do antirracismo alcançaram lugar de destaque na agenda das ciências sociais e da política. Embora, a preocupação política e as pesquisas sobre o tema já datam de várias décadas, contudo, não apresentavam a visibilidade assumida mais recentemente. A partir desse debate considero pertinente mencionar essa categoria para alicerçar melhor o objetivo deste artigo. De acordo com Hall (2009),

A categoria “raça” não é científica. As diferenças atribuíveis à “raça” numa mesma população são tão grandes quanto àquelas encontradas entre populações racialmente definidas. “Raça” é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo (HALL, 2009, p. 66).

Utilizo o conceito de raça, por entender que o mesmo é importante para problematizar o modo como às pessoas são socialmente racializadas nas práticas sociais em que vivem. Remeto-me ainda ao enunciado de Munanga (2006) para embasar a discussão, quando o autor ressalta que,

Do ponto de vista científico não existem raças humanas; há apenas uma raça humana. No entanto, do ponto de vista social e político é possível (e necessário) reconhecer a existência do racismo enquanto atitude. Assim, só há sentido em usar o termo raça em uma sociedade racializada, ou seja, que define a trajetória social dos indivíduos em razão da sua aparência. Segundo Munanga (2006, p. 27), o conceito de raça, tal qual empregado hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois, como todas as ideologias ele esconde algo não proclamado: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, naturalizada é de fato uma categoria etno-semântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco, mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra etc. Por isto, o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico (MUNANGA, 2006, p. 27).



Considerando a reflexão esboçada por Munanga a utilização do termo raça nesse texto procura fazer alusão à construção sócio política a que são submetidas às mulheres negras que referencio aqui. Nesse sentido Brah (2006) demonstra como a racialização do gênero ainda faz da “raça” um marcador aparentemente inerradicável de diferença “racial” enfatizando também diferenças e antagonismos organizados em torno a outros marcadores como “gênero” e “classe”.

Desse modo os conceitos tratados neste texto são ampliados e/ou ressignificados para dar conta da diversidade e complexidade dos elementos que o compõem. Nesse sentido, endosso as palavras de Scott (1989) quando diz que, “os que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as ideias e as coisas que elas significam, têm uma história” (SCOTT, 1989, p. 2).

Proponho no ponto seguinte refletir sobre as construções identitárias que circundam a categoria *mulheres negras* e como as marcações de gênero e raça refletem a luta dessas mulheres contra o racismo e o sexismo.

## **2.1 Quais identidades e de que sujeitos falamos?**

Stuart Hall (2009) compreende a identidade como um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada. Argumenta ainda que “as identidades, concebidas como estabelecidas e estáveis, estão naufragando nos rochedos de uma diferenciação que prolifera” (HALL, 2009, p. 43).

No contexto em que se vivenciam momentos de conflitos, crises e disputas, por sujeitos que querem delinear seus caminhos de forma independente, reivindicando um lugar de fala autônomo, é possível fotografar um campo propício para a construção de novas e outras identidades. A partir dos estudos pós-coloniais, subalternos<sup>2</sup> e pós-estruturalistas pode-se observar também uma nova roupagem nos estudos acerca da identidade. Tem sido, portanto, inevitável perceber que,

Precisamos de molduras conceituais que possam tratar plenamente a questão de que os processos de formação da subjetividade são ao mesmo tempo sociais e subjetivos; que podem nos ajudar a entender os investimentos psíquicos que fazemos ao assumir posições específicas de sujeito que são socialmente produzidas (BRAH, 2006, p. 369).

---

<sup>2</sup> Nesse artigo procuro compreender as categorias aqui expostas a partir da compreensão desses estudos, amparado, sobretudo em Spivak (2003), que considera que o postulado subalterno evidencia um lugar silenciado onde os sujeitos são postos a partir de uma dita consciência colonial. Dessa forma, a representação hegemônica do dominante impera sobre a lógica do dominado transformando-o em uma “antítese necessária” (Spivak, 2003). A dita “consciência colonial” cria uma representação do sujeito do terceiro mundo, sempre reproduzido e representado dentro do discurso hegemônico “de fora”. As teorias europeias e os grandes centros e conhecimentos passam a ser questionados.



A partir dessa discussão, o ponto que mais interessa para fins do objetivo proposto nesse artigo, são as marcações de gênero e raciais, tendo em vista que estas são construções históricas, culturalmente produzidas, engendradas, legitimadas e institucionalizadas e que interseccionadas em determinados contextos, produzem desigualdades, sendo também determinantes na exclusão ou inclusão dos sujeitos.

Esses elementos podem ser também observados na fala de Lorde (2009) que evidencio aqui,

Eu nasci Negra, e mulher. Eu estou tentando me tornar a pessoa mais forte. Eu posso voltar a viver a vida que me foi dada e ajudar em mudança efetiva em torno de um futuro vivível para essa terra e para minhas crianças. Como uma Negra, lésbica, feminista, socialista, poeta, mãe de duas crianças incluindo um garoto e membra de um casal interacial, eu usualmente acho a mim mesma parte de algum grupo no qual a marjoritariedade define-me como desviante, difícil, inferior ou apenas sendo 'errada'. Pela minha pertença em todos esses grupos eu aprendi que opressão e intolerância da diferença vem em todas formas e tamanhos e cores e sexualidades (LORDE, 2009, p. 6).

Nessa fala, podem ser demonstradas diversas marcações, entre elas, gênero, raça, classe, opção política e orientação sexual, que evidenciam a partir da experiência da autora formas distintas de se colocar no meio social, bem como diferentes formas de ativismo político. A partir da leitura e análise desses textos é possível observar a multiplicidade de nuances que circundam a categoria mulher, como também é possível mensurar a complexidade de estabelecer conceitos na esfera social que dê conta de abarcar tais engendramentos.

Desse modo, pensar as identidades que atravessam gênero e raça é também desafiar as constituições dos sujeitos múltiplos que reivindicam para si tais marcações. A produção da auto identificação racial ou de gênero perpassa não somente a categorização de si que se estabelece a partir da identificação com o outro, mas, também, pela construção e escolha que o ator social faz da sua identidade, a partir da sua trajetória de vida e do seu processo de individualização. Referencio ainda Gomes (2002), para reforçar o entendimento de que a identidade é historicamente construída em meio a uma série de mediações que diferem de cultura para cultura.

No caso do recorte feito para a escrita deste artigo, é importante pensar a categoria *mulheres negras* tendo em vista que, como argumenta Bairros (1995), esta categoria é construída a partir da experiência de ser negro (vivida "através" do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça). Para tanto, utilizo ainda a argumentação proposta por Carneiro (2003), para embasar tal investida quando fala que,

Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, por que nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um





contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos patê de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação. Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? (CARNEIRO, 2003, p. 50).

A partir da análise de Carneiro é possível pensar uma identidade reivindicada de mulher negra que se constitui como sujeito histórico e político. Mesmo não abarcando toda a especificidade em torno das mulheres negras, a compreensão proposta pela autora, é relevante para embasar o sujeito político que se pretende demarcar no texto.

Construir uma reflexão sobre a identidade *mulher negra* é trilhar caminhos complexos já que as heterogeneidades que circundam tal categoria compõem uma gama extensa de complexidades e diversidades. Analisar tal categoria que é interseccionada por inúmeras marcações de forma “fechada” é correr o risco de deixar de fora as inúmeras nuances que estão em jogo na definição de identidades, sobretudo quando se trata de grupos que ao longo da história veem construindo e reconstruindo estratégias de luta e resistência para reivindicar e afirma suas identidades sociais, como é o caso de mulheres negras.

Sobre o enquadramento das diversidades que estão submersas na categoria *mulheres*, Butler argumenta que, “além das ficções “fundacionalistas” que sustentam a noção de sujeito, há o problema político que o feminismo encontra na suposição de que o termo *mulheres* denote uma identidade comum” (BUTLER, 2012, p. 20). A universalização de termos como *feminismo* e *mulheres* é posta em evidência por Butler, já que tais categorizações deixam de fora as marcações e especificidades que tentam abarcar.

Ainda na discussão proposta por Butler, mesmo dada à atenção para as marcações existentes no campo que circunda a categoria *mulher* ainda sim esta se apresenta como insuficiente já que não preenche o todo significante ou a realidade que carrega, como na reflexão esboçada por Spivak, que ressalta que as mulheres negras não têm nenhum outro na escala social que possa estar numa situação de subalternidade (Spivak, 1996), o que lhes permite pensar o feminismo a partir de uma posição de marginalidade. Essa posição de marginalidade permite-lhes criticar as hegemonias racistas, classistas e sexistas e criar outras práticas feministas que permitam contrariar estas ditas hegemonias.

Butler reconhece que o gênero se intersecta com diversas modalidades de identidades constituídas discursivamente - raciais, de classe, étnicas, sexuais, etc. – motivo que torna impossível separar “gênero” das intersecções políticas e culturais nas quais é produzido e sustentado. Afirma também que o gênero não se constitui de modo coerente ou consistente



em diversos contextos históricos. Assim, tanto a perspectiva de gênero como a de raça são marcações que atravessam o sujeito político do feminismo. Algumas dessas intersecções estão presentes na fala de uma militante do Movimento de Mulheres Negras em São Luís ao relatar sua inserção no movimento,

“a minha origem né, é do movimento negro, desde os 15 anos militando e tal dentro do movimento negro, conheci o Bakari dentro do movimento negro, o movimento negro unificado, o MNU, enfim, né assim, a minha ideologia sempre veio do movimento negro e chegando no Maranhão eu fui para o CCN, aí convidaram pra que eu fosse conhecer o grupo de mulheres da Ilha, eu fui, comecei a ir, mas sempre buscando a questão étnico-racial, por que realmente depois do movimento político era o que mais me chamava atenção. E aí, essa coisa pra mim sempre foi muito forte, a questão da negritude”. PAULA. **Entrevista sobre militância feminina no movimento de mulheres negras em São Luís – MA.** Campinas, junho de 2013.

Assim, no bojo das discussões acerca da identidade e da construção dos sujeitos políticos contemporâneos, Hall (2009) propõe uma opção eficaz ao elucidar que a alternativa não “é apegar-se a modelos fechados, unitários e homogêneos de “pertencimento cultural”, mas abarcar os processos mais amplos – o jogo da semelhança e da diferença – que estão transformando a cultura no mundo inteiro” (HALL, 2009, p. 45). Nesse sentido, pensar categorias destacando suas (de)marcações consiste um jogo duplo onde ao mesmo tempo esses sujeitos são produzidos e reproduzidos na tentativa de eliminar suas proposições engessadas.

Detenho-me no tópico seguinte pensar a construção da categoria mulheres negras, utilizando para tanto autoras feministas negras que se propõem conceituar e situar essas categorias na arena do debate teórico sobre o tema. Mais que teóricas do gênero, tais autoras se identificam e escrevem também como militantes do movimento de mulheres negras cujo mote político se assenta no combate ao racismo e sexismo.

### **3 “Eu mulher negra”: identidades à flor da pele**

*“Agora nós mulheres negras somos autônomas, nós pensamos com as nossas cabeças, sentimos com os nossos órgãos e vivemos aquilo que queremos viver e vamos escrever e ver qual é a nossa fatia do poder, então tudo isso né, nesse poder político que está instituído”.* **Entrevista sobre militância feminina no movimento de mulheres negras em São Luís – MA.** Campinas, junho de 2013.

Os chamados feminismos negros entram em cena para dar relevância e voz à história das mulheres negras que também se constituem sujeitos políticos de direitos na arena social,



porém têm suas questões colocadas à margem da gramática de reivindicações. Para Brah (2006),

O negro do “feminismo negro” inscrevia uma multiplicidade de experiências ainda que articulasse uma posição particular de sujeito feminista. Além disso, ao trazer para o primeiro plano uma ampla gama de experiências diaspóricas em sua especificidade tanto local quanto global, o feminismo negro representava a vida negra em toda sua plenitude, criatividade e complexidade (BRAH, 2006, p.357).

As ações e as produções teóricas que emergem a partir desse movimento, encabeçados por essas feministas negras, dão suporte para que se propaguem novas formas de compreender as mulheres negras como sujeitos de direitos e sujeitos políticos capazes de construir suas próprias pautas de reivindicações bem como suas próprias histórias. Essas reflexões são observadas na fala de uma militante, exposta no início deste tópico, quando se refere à criação do grupo de Mulheres Negra Mãe Andressa.

No interior dos diversos movimentos de mulheres negras, as militantes-teóricas do movimento negro, passaram a reclamar as marcações de raça no ceio dos grupos ou nas teorias produzidas sobre o tema.

Observa-se que as questões sociais que as mulheres negras são submetidas é diferente das mulheres não negras, o que cria muitas vezes um fosso na concepção e prática de políticas públicas voltadas para mulheres. Noutro ponto, o Movimento Negro, que encabeça a pauta de reivindicações no que tange a luta para erradicação das desigualdades de raça e contra a discriminação racial no país muitas vezes pretere as necessidades das mulheres negras e suas especificidades. Tal argumento é perceptível na fala da entrevistada Paula,

[...] agente queria que o movimento negro apesar de considerar né, essa diferença essa intersecção que fica né, as mulheres negras né, a gente ficava tanto no movimento negro quanto no movimento de mulheres, mas a gente tinha nossa especificidade que a gente gostaria de amadurecer e crescer nesse sentido. **Entrevista sobre militância feminina no movimento de mulheres negras em São Luís – MA.** Campinas, junho de 2013.

Observa-se a partir do exposto que nos estudos de gênero bem como nas ações implementadas por esse segmento as questões das mulheres negras foi em grande parte negligenciada, denotando a invisibilidade da categoria “raça” como marcador social. Ainda no que se refere a esse segmento, é observada também a atenção escassa ou mesmo a negligência dada às relações de gênero no interior do movimento negro. A partir de um movimento de embate, mulheres negras militantes se propuseram a questionar tais práticas excludentes. Tais embates são evidenciados na fala da entrevistada aqui referenciada,



quando fala sobre as movimentações em São Luís do Maranhão para criação de um grupo de Mulheres Negras frente a uma instituição de movimento negro já existente na cidade,

[...] houve resistência né, sabe, e como a gente vive muito nessa coisa de separação, então tem a competição, né, não nós somos melhores que elas, nós somos os mais fortes, os mais inteligentes, os mais capazes, isso tem, isso teve sim, mas eles tiveram que engolir por que fazia parte da estrutura, da organização da instituição, sabe. **Entrevista sobre militância feminina no movimento de mulheres negras em São Luís – MA.** Campinas, junho de 2013.

Sobre as movimentações em relação às militantes do feminismo negro Brah (2006), argumenta que,

O sujeito político do feminismo negro descentra o sujeito unitário e masculinista do discurso eurocêntrico, e também a versão masculinista do “negro” como cor política, ao mesmo em que perturba seriamente qualquer noção de “mulher” como categoria unitária. Isso quer dizer que, embora constituído em torno da problemática da “raça”, o feminismo negro desafia performativamente os limites de sua constituição (p.357-358).

Para Carneiro (2003), as mulheres negras se empenharam numa dupla via de luta, uma de “enegrecer” a agenda do movimento feminista e outra de “sexualizar” a pauta do movimento negro, originando uma diversidade nas percepções e nas práticas políticas desses segmentos, que perpassou e perpassa uma dupla perspectiva, tanto na afirmação de outros e de novos sujeitos políticos quanto na reivindicação de um reconhecimento das diferenças e desigualdades entre esses sujeitos. Referencio ainda a mesma autora para embasar o conceito de feminismo negro, quando ressalta que,

A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades (CARNEIRO, 2003, p. 51)

O conceito apresentado por Carneiro faz compreender que o racismo determina também as relações de gênero e que coloca em questão o objetivo da luta feminista negra na arena social. Destaco também, o conceito de Sebastião (2010) que referencia o feminismo negro no Brasil como sendo,

O movimento político, intelectual e de construção teórica de mulheres negras comprometido com a mudança social e atuante num campo ideológico no qual estão inseridas. O feminismo negro é um conceito que vem sendo forjado na luta do movimento de mulheres negras pelo reconhecimento das especificidades do grupo no contexto da luta feminista e do combate ao racismo. (SEBASTIÃO, 2010, p.34).



Nesse sentido, é importante enxergar o racismo e o sexismo como um a série de efeitos que não possuem uma única causa. Pois, ao se assumir uma posição política específica significa que se está fazendo certas suposições sobre a natureza dos vários processos que sublinham um fenômeno social, de que um evento particular pode ser um efeito.

A perspectiva de novos olhares e novos lugares de fala iniciam assim diferentes construções no jogo instituído pelo saber científico. Tais construções desafiam os cânones acadêmicos e revelam construções teóricas capazes de dar conta de outras formas identitárias para além das que já existem.

Analisar a produção das identidades contemporâneas à luz dos estudos subalternos, a partir de questões que demarcam lugares sociais é revisitar antigos temas com novas perspectivas e outros olhares e lugares de fala, percorrendo caminhos que possam de fato contribuir para a produção de uma teoria que abarque um número maior de múltiplos/as sujeitos/as.

As marcações identitárias acionadas pelas militantes do Movimento de Mulheres Negras que foram entrevistadas para construção deste trabalho se revelam com um importante componente na luta antirracista e antissexista no contexto de suas lutas. *Negra* e *Mulher* e/ou *Mulher* e *Negra* são categorias que evocam uma gama de expressões em torno das identificações de gênero e raciais que podem ser observadas nas falas e ações dessas militantes.

A interseccionalidade, conceito de certa forma difundido entre a maioria destas mulheres, é nitidamente observado nas construções que elas fazem de si e nas análises que produzem sobre suas movimentações. Pertencer a diversas categorias sociais que exprimem muitas vezes, vários eixos de subordinação, faz dessas mulheres, agentes sociais capazes de ao mesmo tempo, produzir movimentações políticas que atuam no embate direto as discriminações diversas bem como construir seus próprios instrumentos teóricos que embasam suas lutas.

Esse processo de construção e reconstrução das formas de manifestar suas identidades faz com que essas “mulheres negras” fomentem as discussões teóricas em torno das questões raciais e de gênero, ao mesmo tempo, cuidando para que um processo não seja mais ou menos hierarquizado que o outro.

### **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: daqui de onde vejo**

A partir do exposto neste artigo, é possível compreender, que a construção de uma identidade pautada a partir das relações de gênero e raça se apresenta como um caminho mais descontínuo que linear. Nesse sentido, penso ser importante também frisar a fala Carneiro (2003), quando menciona que, “ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem



ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra” (CARNEIRO, 2003, p. 57).

Utilizar dois eixos de subordinação (raça/negra e gênero/mulher) na compreensão de categorias identitárias é pensar num contingente de múltiplas análises que o campo social possibilita. Em vias de uma escrita se configura tênue entre a produção teórica e o ativismo político é também deslindar novos caminhos de fala e escrita, direcionados por olhares próximos/“distantes” do campo analisado.

Destaco também, como ponto importante a ser ressaltado no debate proposto aqui, pensar como as relações entre gêneros e as raciais são construções históricas e culturalmente produzidas, engendradas, legitimadas e institucionalizadas. Dessa forma, é possível conjecturar novos direcionamentos, onde os espaços políticos e a produção teórica podem ser conquistadas e ocupadas por uma gama cada vez mais diversa de sujeitos, cujas marcações são também as mais variadas possíveis sem que antes estas/es sejam preliminarmente hierarquizadas/os e determinadas/os.

Desse modo, é importante fazer compreender que os feminismos, bem como as identidades que o circundam, não devem ser vistos como categorias essencialmente fixas e em oposição, mas antes como campos historicamente contingentes de contestação dentro de práticas discursivas e materiais (BRAH, 2006). Deve-se analisar, portanto, a problemática da subjetividade e identidade para compreender a dinâmica do poder da diferenciação social. Através desse caminho, tem sido visível perceber, que um dos objetivos mais marcantes do feminismo é o fato de mudar as relações sociais de poder imbricadas no gênero (BRAH, 2006).

Assim, é perceptível a partir das experiências compartilhadas na pesquisa, nas leituras teóricas, bem como nas vivências no campo da militância, que as variadas identificações que perpassam a constituição de sujeito carregam consigo diversas marcações, sejam elas de raça, etnia, classe, gênero, território, entre outras, o que permite caracterizar esse processo como um mosaico de formas e contornos diversificados e assimétricos, tendo em vista sua amplitude e heterogeneidade.

## REFERÊNCIAS

BAIROS, Luíza. **Nossos Feminismos Revisitados**. In: Dossiê Mulheres Negras – Matilde Ribeiro (org). Revista Estudos Feministas, Florianópolis/SC, CFH/CCE/UFSC, v.3 n. 3, 1995.

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cadernos Pagu (26), janeiro-junho de 2006: pg. 329-376.



BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.** In: Racismos contemporâneos. Organização, Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania. Rio de Janeiro: Takano Ed, 2003. (Coleção valores e atitudes. Série Valores; nº 1. Não discriminação).

\_\_\_\_\_. **Mulheres em movimento.** In: Estudos Avançados, 17(49), 2003.

CARVALHO, José Jorge de. **O olhar etnográfico e a voz subalterna.** Revistas Horizontes antropológicos, Porto Alegre, ano 7, nº 15, p. 107-147, julho de 2001.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Revista Estudos Feministas. Ano 10, 1º semestre, 2002.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais.** Organização de Liv Sovick. Tradução de Adelaine La Guardia Resende... [et al]. 1ª Ed atualizada. Belo Horizonte: Editora IFMG, 2009.

LORDE, Audre. **Textos escolhidos.** Disponível em: <difusionfeminista@riseup.net> Acesos em 10 de janeiro de 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 7ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras.** Sociedade e cultura, Vol. 11, Núm. 2, julio-diciembre, 2008, pp. 263-274. Universidade Federal de Goiás.

SCOTT, Joan. **O enigma da igualdade.** Estudos Feministas, Florianópolis, 13(1): 11-30, janeiro-abril/2005.

SEBASTIÃO, Ana Angélica. **Feminismo Negro e suas práticas no campo da cultura.** Revista da ABPN, vol. 1, n. 1, mar-jun 2010.

SPIVAK, Gayatri. **Puede hablar el subalterno?** Revista Colombiana de Antropología, v. 39, enero-diciembre 2003, p. 297-364.

WERNECK, Jurema. **Nossos passos vêm de longe!** Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. Revista da ABPN, vol. 1, n. 1, mar-jun 2010.